

Certidão de Publicação
CERTIFICO, para os fins de direito que a Lei nº 026/2017 foi publicada na íntegra no Diário Oficial do Município de Buriti do Tocantins nº 117/2017, em 12 de dezembro de 2017.

Secretário Municipal de Administração
WENDELL SILVA MIRANDA
Secretário de Administração
Portaria: 117/2017

LEI Nº 026, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Buriti do Tocantins - TO para o exercício financeiro de 2018 e determina outras providências.”

O Prefeito Municipal de Buriti do Tocantins - TO, Estado do Tocantins, no interesse superior e predominante do Município e em cumprimento ao Mandamento Constitucional, estabelecido no §5º do Art. 165 da Constituição Federal, em combinação com a Lei Complementar Nº. 101/2000 de 04/05/2000 faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

TÍTULO I

DO CONTEÚDO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Buriti do Tocantins - TO, para o exercício financeiro de 2018, nos termos das disposições constitucionais, compreendendo:

- I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta.
- II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

TÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º. A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é no valor de R\$ 22.364.718,45 (Vinte Dois Milhões, Trezentos e sessenta e quatro Mil, setecentos e dezoito Reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 3º. A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital, previstos na legislação vigente.

Art. 4º. A Receita será realizada com base na arrecadação direta das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e de outras rendas na forma da legislação em vigor, de acordo com os códigos, denominações e detalhamentos da Receita Pública, instituídos pelas Portarias do Secretário do Tesouro

Avenida Novo Horizonte 2, nº. 100 – Centro, Buriti do Tocantins – TO. CNPJ: 25.061.722/0001-87 - Telefone: 63 3459 -1285

Home Page: www.buriti.to.gov.br e-mail: pmburiti@gmail.com

Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova o Manual de Procedimentos da Receita Pública.

CAPÍTULO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º. A Despesa total fixada é no valor de R\$ 22.364.718,45 (Vinte e Dois Milhões, Trezentos e sessenta e quatro Mil, setecentos e dezoito Reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 6º. A Despesa fixada à conta dos recursos previstos neste capítulo, observado a programação anexa a esta Lei.

CAPÍTULO III

DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 7º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados:

a) Decorrentes de superávit financeiro até o limite de 100 % (por cento) do mesmo, de acordo com o estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º da Lei 4.320/64;

b) Decorrentes do excesso de arrecadação até o limite de 100 % (cem por cento) do mesmo, conforme estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso II e §§ 3º e 4º da Lei 4.320/64;

c) Decorrentes de anulação parcial ou total de dotações na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e conforme o estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, e com base no Art. 167, Inciso VI da Constituição Federal.

d) Decorrentes de alteração de QDD, permitindo inclusive a criação de elementos e sub-elementos de despesa necessários à execução da despesa deste que atenda a categoria econômica a ser reduzida.

II – A abrir crédito especial através de decreto executivo, utilizando, como recursos, a anulação de dotações do próprio orçamento, excesso de arrecadação, ou arrecadação por meio de convênios, contratos de repasse entre outros não previstos nesta Lei, tendo como limite o mesmo percentual na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III - Efetuar operações de créditos por antecipação da receita, nos limites fixados pelo Senado Federal e na forma do disposto no art. 38 da Lei Complementar Nº. 101/2000.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogando toda e qualquer disposição em contrário para que surtam todos os seus efeitos Jurídicos e Legais e para que produza os resultados de mister para os fins de Direito.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS,

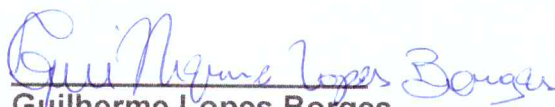
Estado do Tocantins, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (12/12/2017).



Américo dos Reis Borges
Prefeito Municipal



Wendell Silva Miranda
Secretário Municipal de Administração



Guilherme Lopes Borges
Secretário Municipal de Finanças